



SER PROFESSORA NEGRA: ENTRELACAMENTO DAS ESFERAS FAMILIAR E PROFISSIONAL

Aline Oliveira Ramos¹

Nilma Margarida de Castro Crusó²

Núbia Regina Moreira³

Resumo: Trata-se de resultado de pesquisa sobre sentidos de professora negra construído no entrelaçamento das esferas familiar e profissional. Optou-se pela história de vida e encontrou-se os seguintes resultados: a) Os primeiros atos de discriminação racial sofridos por Ana ocorreram na família; b) Ana sofreu discriminação racial quando iniciou no magistério; c) O torna-se professora negra é um processo de luta, negociação e identificação; d) O enfrentamento das questões raciais na escola ainda está sob a dependência da “boa vontade” dos professores. Ao analisarmos a fala da professora compreende-se que a raiz das desigualdades sociais, da imagem negativa criada para o segmento negro, não se limita a um distúrbio moral do brasileiro, mas de uma reprodução sistemática e violenta da ordem racial, que comanda o quadro de inferiorização de um segmento e o enaltecimento de outro.

Palavras-chave: discriminação racial; ensino fundamental; sentidos de professora.

BE A BLACK TEACHER: INTERTWINING FAMILY AND PROFESSIONAL SPHERES

Abstract: This is a result of research about the meanings of a black teacher built in the intertwining of the family and professional spheres. It was chosen by the life history and found the following results: a) the first acts of racial discrimination suffered by Ana occurred in the family. B) Ana suffered racial discrimination when she started teaching. C) Becoming a black teacher is a process of struggle, negotiation and identification. D) Facing racial issues in school is still dependent on the "goodwill" of teachers. In analyzing the teacher's speech, it is understood that the root of social inequalities, of the negative image created for the black segment, is not limited to a moral disturbance of the Brazilian, but a systematic and violent reproduction of the racial order, which commands the frame of inferiorization of one segment and the enhancement of another.

Keywords: racial discrimination; elementary School; teacher's senses.

¹ Mestre em Educação pela UESB (Campus de Vitória da Conquista); Pós-Graduada em Antropologia com Ênfase em Culturas Afro-brasileiras UESB (Campus de Jequié); Graduada em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB (Campus de Itapetinga); Professora do ensino Fundamental II, leciona a Disciplina História Africana, Afro-brasileira e Indígena e História

² Professora de Prática de Ensino, no Curso de Pedagogia; membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Prática Pedagógica em Espaços Educacionais (GEPPE) e do grupo de Pesquisa em Políticas Públicas, Gestão e Práticas Educacionais (Gepráxis), e membro do Comitê Editorial da Revista Práxis Educacional, da UESB. Coordenadora do Programa de Mestrado em Educação (PPGE/Uesb). Atua, principalmente, nos seguintes temas: Representação Social, Currículo, Prática pedagógica e interdisciplinaridade

³ Pesquisadora dos Grupos Cultura, Memória e Desenvolvimento - CMD (UnB), do Grupo de Estudos e Pesquisa em Práticas Educativas - GEPPE (UESB) e CANDACES: Grupo de pesquisa Gênero, raça, cultura & sociedade (UNEB). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - (UESB)



ÊTRE PROFESSEUR NOIR: ENTRELACEMENT DE LES SPHÈRES FAMILIER ET PROFESSIONNEL

Résumé: Ceci est un résultat de la recherche sur les sens des enseignants noirs construits dans l'entrelacement des sphères familial et professionnel. Nous avons opté pour l'histoire de la vie et les ont été trouvé les suivants résultats: a) Les premiers actes de discrimination raciale a été souffert par Ana ont réussi dans la famille; b) Ana a souffert de discrimination raciale quand il a commencé dans l'enseignement; c) Le devient enseignant noir est un processus de lutte, négociation et l'identification; d) la confrontation des questions raciales à l'école est toujours sous la dépendance de la "bonne volonté" des enseignants. Quand nous analysons la parole de l'enseignant est entendu que la racine des inégalités sociales, de l'image négative créée pour le segment noir ne se limite pas à un désordre moral brésilien, mais une reproduction systématique et violente de la race, qui dirige le cadre infériorisation d'un segment et l'amélioration d'un autre.

Mots-clés: la discrimination raciale; école primaire; les directions des enseignants.

SER PROFESSORA NEGRA: ENTRELAZAMIENTO DE LAS ESFERAS FAMILIAR Y PROFESIONAL

Resumen: Se trata del resultado de una pesquisa sobre sentidos de profesora negra construido en entrelazamiento de las esferas familiares y profesionales. Se optó por la historia de vida y se encontró los siguientes resultados: a) Los primeros actos de discriminación racial sufridos por Ana ocurrieron en la familia; b) Ana sufrió discriminación racial cuando entró para el magisterio; c) Volverse una profesora negra es un proceso de lucha, negociación e identificación; d) El enfrentamiento de las cuestiones raciales en la escuela aún está sobre la dependencia de la "voluntad" de los profesores. Al analizarnos el habla de la profesora se comprende que la raíz de las desigualdades sociales, de imagen negativa creada para el segmento negro, no se limita a un disturbio moral del brasileño, pero de una reproducción sistemática y violenta de orden racial, que comanda el cuadro de inferiorización de un segmento y el enaltecimiento del otro.

Palabras-clave: discriminación racial; enseñanza fundamental; sentidos de profesora.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo apresentar resultados de uma pesquisa que trata de sentidos de professora negra, dos anos iniciais do ensino fundamental, sobre o ser professora construído no entrelaçamento das esferas familiar e profissional. Guiamo-nos pelo princípio da investigação qualitativa cujo "Os dados recolhidos são designados por *qualitativos*, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, [...]" (Bogdan e Biklen, 1994, p.16). Optamos pela história de vida, como uma ferramenta para analisar o cruzamento entre a vida do indivíduo e o contexto social em que está inserido, segundo Haguette (2000, p.80) a história de vida "[...] atende mais aos propósitos do pesquisador que do autor e está preocupada com a fidelidade das experiências e interpretações do autor sobre seu mundo". A história de



vida incorpora experiências subjetivas relacionando-as aos contextos sociais. O ponto de vista da professora é o diferencial desse trabalho, é ele que delinea a narrativa, ao interpretar sua experiência de vida, embora exista seleção de fatos por parte da entrevistada sobre o que dizer e como dizer diante do entrevistador. Ao narrar sua história nossa pesquisada vai compreendendo melhor o seu passado.

Na história de vida o entrevistador segundo Thiollent (1982, p.86 apud Paulilo, 1999, p.143) “[...] se mantém em uma ‘situação flutuante’ que permite estimular o entrevistado a explorar o seu universo cultural, sem questionamento forçado”. A história de vida é um instrumento imprescindível para a interpretação e análise:

A história de vida pode ser, [...], considerada instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais. Ela fornece, portanto, base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos. (Paulilo, 1999, p.141-143).

Ao situar a história de vida no contexto brasileiro Haguette (2000, p.83-84) afirma que no Brasil “[...] a história de vida nunca gozou do prestígio que usufruiu no caso dos Estados Unidos. [...]. O que diferencia seu uso nos Estados Unidos e no Brasil era, e ainda é hoje, o fato dela ser usada aqui apenas como técnica subsidiária[...]”.

O que chamamos de sentido nesta pesquisa

[...] é uma marca de limites, a marca de um possível do qual não se sai. [...] O sentido implica um processo que não se esgota na pura significação lingüística. [...] o sentido é um pressuposto que não pode ser totalmente recoberto pela reposição histórica. (Sodré, 2005, p.34-36).

Foi realizada entrevista semi-estruturada com uma (01) professora negra do ensino fundamental, anos iniciais. A escolha pela professora negra se deve ao fato de a entrevistada ter nos declarado, como podemos verificar na análise dos dados, que havia sido preterida por uma professora branca, para trabalhar com crianças. É a perspectiva do sujeito que nos é relevante e nesse aspecto, foi utilizada uma postura flexível no que se refere às perguntas do roteiro inicial por entendermos que a melhor questão, muitas vezes, se encontra no campo empírico. Desse modo, não há hierarquização entre campo, teoria e pesquisador. Para analisar os dados produzidos foi utilizada a análise de conteúdo (Bardin, 1977).



Sobre a discriminação racial sofrida pela professora, ela se caracteriza por ser uma ofensa à plena igualdade de direitos entre as pessoas, desrespeita os seus direitos humanos e deve, portanto, ser identificada e logo enfrentada em todas as suas formas e lugares, e, particularmente na escola. De modo geral, a discriminação é uma prática que assume formas distintas, às vezes ocultas, dissimulados, por isso mesmo, desvalorizada e não reconhecida pelas próprias vítimas, porque lhes acreditam como socialmente comuns. Nesse âmbito, é complexo todo conteúdo que diz respeito ao racismo e a discriminação racial. Segundo Moore (2012) “o discurso e a prática do racismo se inserem nas estruturas do chamado Estado Democrático de Direito”, ou seja, a manifestação do racismo atravessa todos os campos institucionais da sociedade brasileira: escola, igreja, partidos políticos, universidade, mídia, esses por sua vez produzem ideologicamente modelos que são apresentados à população como únicos e desse modo, sustenta o imaginário popular e o controla.

O contexto é determinante para entendermos como as práticas de discriminação racial passaram a ser consideradas no âmbito das questões nacionais e internacionais. A frente negra brasileira se antecipou no processo de denuncia sobre a existência de práticas racistas no Brasil, mas a confirmação, por meio, de pesquisas científicas ocorreu nas décadas de 1950 e 1960, por meio de pesquisadores como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Oracy Nogueira, entre outros, que no resultado de seus trabalhos concluíram que havia racismo no Brasil e que o mesmo ancorava-se na “origem das desigualdades entre brancos e negros”.

A compreensão do que é discriminação racial, nesse trabalho, foi de fundamental importância para analisarmos os sentidos da professora entrevistada sobre praticas de discriminação racial e a definimos como:

[...] uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se tem como estigmatizados, [...]. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, [...] a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca. (Nogueira, 2006, p.292)

Esse preconceito, designado por “preconceito de marca” é o que predomina no Brasil. As características desse preconceito são as seguintes:

Determina uma preterição; Serve de critério o fenótipo ou aparência racial; Ele tende a ser mais intelectual e estético; Onde o preconceito é de marca, as relações pessoais, de amizade e admiração cruzam facilmente as fronteiras de



marca (ou cor); No local onde existe preconceito de marca, a ideologia é, ao mesmo tempo, assimilacionista e miscigenacionista; O dogma da cultura prevalece sobre o da raça; a etiqueta de relações inter-raciais põe ênfase no controle do comportamento de indivíduos do grupo discriminador, de modo a evitar a susceptibilização ou humilhação de indivíduos do grupo discriminado; A consciência da discriminação tende a ser intermitente; Onde o preconceito é de marca a reação tende a ser individual [...]; a tendência é se atenuar nos pontos em que há maior proporção de indivíduos do grupo discriminado; [...] ficando o preconceito de raça disfarçado sob o de classe; A luta do grupo discriminado tende a se confundir com a luta de classes. (Nogueira, 2006, p.293 a 299).

Nogueira (2006) apresenta como elemento contingente às relações raciais no Brasil condutas que legitimam práticas racistas permitindo uma compreensão do racismo brasileiro. O limite entre quem discrimina e é discriminado no Brasil é “[...] indefinido, variando subjetivamente” (Nogueira, 2006, p.293). Essa peculiaridade do preconceito de “marca” ou “cor” na sociedade brasileira mostra a ambigüidade do racismo aqui manifestado e das múltiplas variações das praticas discriminatórias. Encontramos a definição de discriminação racial no documento elaborado na Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, no seu artigo I:

[...] "discriminação racial" significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundadas na raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por fim ou efeito anular ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em igualdade de condições, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos domínios político, econômico, social, cultural ou em qualquer domínio da vida pública. (Nações Unidas, 1965)

Ideologia do branqueamento perpetua-se no imaginário e as relações sociais no Brasil. Se a escola é uma extensão desta sociedade não poderia essa e outras ideologias passar por aquele ambiente sem deixar suas marcas. O branqueamento é um dos rastros do racismo brasileiro. A disseminação desta ideologia conseguiu construir um conflito existencial no grupo que não se assume negro e nesse sentido, as multi referências de cor de pele que existem no Brasil possibilitaram muito mais dificuldades do que respeito: “[...] certos traços físicos como formato do rosto, tipo de cabelo e coloração de pele se transformem nas principais variáveis de discriminação”. (Schwarcz, 2012, p. 98).

Entre as crianças negras os conflitos referentes às questões raciais, em alguns casos, são mais complexos, principalmente quando se trata do padrão de beleza imposto em nossa sociedade, esse modelo está impresso nos livros didáticos, nas principais

revistas de circulação nacional e cotidianamente na televisão brasileira. A sociedade brasileira branca, historicamente tentou fixar o lugar e o valor do negro, impedindo seu crescimento material, mas, não conseguindo controlar a grandeza cultural e simbólica desse grupo.

A questão racial no Brasil tornou-se foco das atenções da sociedade e do Estado notadamente após o presidente Fernando Henrique Cardoso reconhecer, em 1995, que havia racismo e desigualdades raciais no país, declaração que se fez acompanhar das primeiras políticas públicas de ações afirmativas com recorte sociorracial. Nesse contexto, ocorre elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais como norteadores do currículo e das práticas pedagógicas. Os Parâmetros Curriculares Nacionais contemplou, ainda que timidamente, a questão da Pluralidade Cultural, assumindo a característica plural da formação do povo brasileiro, mas

O que vem sendo proposto em relação ao trabalho com as diferenças, inclusive pelos parâmetros curriculares nacionais, tem sido inócuo, a tolerância, como proposta de atuação, é uma maneira de nada fazer. Tolerância, como se fosse uma deferência ao outro. Nenhuma criança que possui alguma marca da diferença pede tolerância, não há nada a tolerar. Há que tornar a diferença uma positividade, uma afirmação. (Abramowicz, 2006, p.48).

Faz-se necessário ressaltar que a proposta de combate ao racismo, à discriminação racial, a xenofobia e a intolerância está na origem da criação da Organização das Nações Unidas. Entre as estratégias de grande impacto para o combate ao racismo está a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, representando um divisor de águas na estratégia internacional de combate ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância correlata, firmou o racismo como um problema gravíssimo para a paz mundial. Nesse sentido, essa pesquisa se insere em um contexto amplo, no que diz respeito a denúncia e ao combate as práticas de discriminação racial.

Para Schwarcz (2012, p. 116) “[...], é na história que encontramos as respostas para a especificidade do racismo brasileiro, que já não se esconde mais na imagem indelével da democracia racial, [...]” e vislumbramos com uma das possibilidades do alcance desse trabalho o retratar do fenômeno estrutural do racismo e da discriminação racial, presente, de formas diversas no cotidiano escolar, por meio dos sentidos das professoras sobre as práticas de discriminação racial, nos anos iniciais do ensino fundamental I.



ENTRELAÇAMENTOS DA ESFERA FAMILIAR E PROFISSIONAL NA CONSTITUIÇÃO DO SER PROFESSORA NEGRA

No contexto histórico e social em que Ana, professora que se declara negra, viveu a sua infância, no interior da Bahia, cuja economia era marcada pela agricultura e pecuária, pelo regime de escravidão nos idos do Brasil colônia, a imagem do negro era [...] associada aquilo que era feio, marginais, aquela coisa que a gente já sabe [...]⁴. Há um estereotipo para o negro na sociedade brasileira e esse estereótipo pode ser melhor entendido a partir de Silva (2004, p.47) “o estereótipo é uma visão simplificada e conveniente de um individuo ou grupo qualquer, utilizada para estimular o racismo”. A representação do negro no Brasil esta atrelada ao que é sujo, marginal, feio, indecente, essa representação se reforça com o tempo e em espaços diferentes. O grupo negro acaba por ser atingido negativamente por visões distorcidas que o racista atribui a seus atributos físicos, pois o racista “constrói idéia negativa a respeito do outro, nascida da necessidade de promover e justificar a agressão”. (Silva, 2004, p.47).

A discriminação racial começava em casa [...] *minha mãe era uma pessoa preconceituosa [...] ela era preconceituosa, ela não gostava de negro na verdade* (Ana, 2013). Ana ainda nos afirma que esses comportamentos se traduziam assim: [...] *a questão do negro era jogada como se fosse uma coisa ruim, e* “Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros brasileiros” (Gomes, 2003, p.171). Nessa perspectiva, quando falamos em identidade precisamos entender que “A identidade só faz sentido numa cadeia discursiva de diferença [...] Em outras palavras, a identidade e a diferença são construídas na e pela representação: não existem fora dela” (Silva, 2006, p.47-48).

No entanto, na escola, essas manifestações eram camufladas, silenciadas ou invisíveis [...] *Na escola não tinha os ataques diretamente [...]* (Ana, 2013). As alunas brancas eram consideradas dentro do padrão de beleza que a sociedade: [...] *as meninas brancas de cabelo liso, as meninas mais bonitas eram as brancas de cabelo liso.* (Ana, 2013). No magistério

Optamos por colocar a fala dos entrevistados em itálico, no parágrafo, para que os leitores não a confundam com a fala dos autores.⁴



[...] são muitos os profissionais da educação que não percebem os conflitos raciais entre os alunos e também não compreendem em quais momentos ocorrem atitudes e práticas discriminatórias e preconceituosa que impedem a realização de uma educação democrática.. (Cavalleiro, 1999, p.51)

O negro não é contemplado como bonito em suas características fenotípicas, a escola reconhece o branco como padrão, o que distancia desse perfil é adjetivado como feio e ou inferior. Durante a vida adulta [...] *eu senti rejeição [...]. A rejeição é algo muito ruim [...]* (Ana, 2013). Segundo Todorov (1996, p.95) “A rejeição é um desacordo sobre o conteúdo do julgamento”. As relações raciais são construídas no movimento rejeição/aceitação. A grande questão é o tipo de reconhecimento social ao qual o negro se vê atrelado. Nessa perspectiva,

O reconhecimento comporta, com efeito, duas etapas. O que pedimos aos outros é, em primeiro lugar, que reconheçam a nossa existência (é o reconhecimento ao pé da letra) e, em segundo lugar, que confirmem nosso valor (denominemos essa parte do processo de confirmação) [...]. A distinção entre esses dois graus de reconhecimento é essencial, pois estão frequentemente dissociados, provocando reações específicas: podemos ser indiferentes à opinião dos outros, mas não conseguimos ficar insensíveis à falta de reconhecimento de nossa existência. (Todorov, 1996, p.94).

Um exemplo da discriminação nos é dado no contexto profissional, segundo Ana [...] *Eu perdi o emprego por que eu era professora negra e a de pele clara mesmo não tendo a mesma competência, mesma formação que eu tinha ela ficou. Isso em escola particular. No entanto e no decorrer da vida Ana diz: [...] encontrei pessoas que não olhavam pra mim, como a negrinha [...]* *Eu me envolvi com questões sociais. O envolver-se com questões sociais é fundamental, no caso de Ana e/ou de muitas Anas negras que existem no Brasil, pois*

[...] a ascensão, por menor que seja, dos negros na escala social sempre deu lugar a expressões veladas ou ostensivas de ressentimentos (paradoxalmente contra as vítimas). Ao mesmo tempo, a opinião pública foi, por cinco séculos, treinada para desdenhar e, mesmo, não tolerar manifestações de inconformidade, vistas como um injustificável complexo de inferioridade, [...]. (Santos, 2000, p.4).

Quando atuando como professora estagiária Ana percebeu que [...] *as crianças de periferia negra, elas eram mais relegadas. O olhar de Ana para essa questão justifica-se pela sua historia marcada pela discriminação, logo na infância. Assim*



segundo Ana [...] *aluno de pele clara, limpinho tinha mais atenção*. Nesse caso pode-se afirmar que a discriminação é racial, podendo ser camuflada como de classe social.

[...] ser branco (a) é a “norma”, ou seja, a noção hegemonicamente estabelecida e legitimada indica que a brancura está associada a uma situação de privilégio que desacredita na presença da austeridade de sua posição e, por isso mesmo, é incapaz de compreender a experiência do “outro”. (Rossato e Gesser, 2001, p.11).

Historicamente, o negro é visto como pouco capaz, sem inteligência, sem as habilidades e competências da “raça” branca, “Ser negro no Brasil é, pois, com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar predeterminado, lá embaixo, [...]” (Santos 2000, p.5). No Brasil é comum reduzir a questão racial a questões relacionadas à classe, reforçando no imaginário do povo brasileiro que o racismo não existe. Esse fato conduz a dissimulação de práticas racistas “A invisibilidade da discriminação racial no Brasil se deve ao fato de que os brasileiros, em geral, atribuem, à discriminação de classe a destituição material a que são relegados os negros” (Guimarães 2002, p.47).

Ana afirma: [...] *Depois de adulta eu gosto de ser negra*. Nesse momento Ana sinaliza que o processo de aceitar-se e reconhecer-se racialmente pode ser longo e diferente de outras pessoas, ou seja, não se nasce negra “ torna-se” a partir das lutas impostas pelo contexto social em que se vive, no caso o brasileiro. Ana diz: [...] *fui descobrindo que eu podia. Por meio de luta de reivindicações*. A luta pelo reconhecimento apresenta resultado quando Ana diz: *Eles passaram a me respeitar, no momento que eu consegui me afirmar como ser humano, que eu estudei que não esperei pai e mãe mandar, formei, arrumou meu primeiro emprego*. Ana reflete sobre sua própria história e aponta importantes conclusões: *Eu acho que ser negra em qualquer lugar do Brasil não é fácil. Por eu ter sofrido tudo na infância, na adolescência me fez uma professora mais determinada, eu sei que eu sou ousada*. Depreende-se da afirmação de Ana que o tornar professora está vinculada, nesse caso, a negociações entre gênero, raça e classe iniciados no núcleo familiar estendendo a outras esferas da vida social.

Ana não se acomodou e para sair da condição de pobreza e lutar por um emprego digno, aliou-se aos estudos e as oportunidades que apareceram mesmo reconhecendo estar diante de uma sociedade que demarcava o lugar da mulher e do negro, profissionalmente o que lhes colocava em profissões consideradas por segmentos



sociais, brancos e abastados, como subalternas e sem reconhecimento social. Para Moreira (2011, p.92) “[...] o segmento da população negra no Brasil ainda é atingido pelos lentíssimos ritmos de ascensão social”. Analisando-se nesse processo de reconhecimento de si nossa entrevistada afirma que: [...] *Ser mulher e ser negra nessa sociedade brasileira, machista, consumista onde o estereótipo está ai escancarado por todos os lugares [...] É difícil* (Ana, 2013). Para Ana esse foi um processo que a fez [...] *brigar por aquilo que eu acredito*.

Ao sinalizamos a questão do gênero nesse trabalho, observamos seu entendimento como categoria a partir de Fraser (2002, p.64 apud Moreira, 2011, p. 90) “gênero deve comparecer como uma categoria que alcança duas dimensões do ordenamento social: a dimensão da *distribuição* e a dimensão do *reconhecimento*”. Ao refletir sobre essa questão Moreira (2011, p.90) conclui que “[...] como gênero, raça também pode ser pensada como uma categoria bidimensional que se apresenta na sociedade brasileira como um marcador de classe e status”.

Na escola Ana notava um tratamento diferenciado a alguns alunos negros [...] *tinha uma menina pretinha e aquela menina ia pra escola sem tomar banho, ai eu ouvia: ela fede [...] aquela criança era muito rejeitada. E as outras crianças pretas, pobres, e é hipocrisia dizer que hoje essas crianças não sofrem rejeição* (Ana, 2013). A existência de discriminação na escola pode levar os sujeitos discriminados a adotarem varias posturas de repulsa ao ambiente educacional e até mesmo, o abandono dos estudos.

A discriminação racial tem sido identificada como fator de estímulo à evasão escolar e indutor de baixa auto-estima entre alunos afro-brasileiros, prejudicando seu rendimento escolar, aumentando a possibilidade de repetência e reduzindo sua freqüência às salas de aula. (Nascimento, 2001, p.121).

Segundo Ana [...] *na escola, [...] o povo negro, eu percebi [...] se retrai ou ele se esconde [...] quando eu vejo um menino muito lá no canto, aquele ultimo eu gosto sempre de trazer pro meio, para frente* (Ana, 2013). No que diz respeito à escola, concordamos com Nascimento (2001, p.124) “Somente a intervenção do educador seria capaz de neutralizar a carga de sentidos pejorativos investidos na psique da criança”. Ainda revelou Ana [...] *acho que na escola a gente precisa discutir das oportunidades iguais para todos* (Ana, 2013) Nessa perspectiva concordamos com Gomes (2004,



p.101) “[...] não é nada romântico e nem fácil tratar a questão racial na escola. Ela mexe com subjetividades, valores, histórias de vida, crenças [...]”.

Para Ana ser professora negra diante de uma sociedade racista e de uma escola excludente é um [...] *processo e continua sendo, tem dia que eu choro, sofro, mas [...] quando você é humilhado é rejeitado você a tendência a baixar a cabeça [...] Eu não sei se eu fosse uma professora loirinha dos olhos claros se eu teria essa determinação* (Ana, 2013). O posicionamento e o enfrentamento da discriminação racial na escolar por parte de Ana contribuem para mudanças de comportamentos, de modo particular para aqueles alunos que assumem a discriminação como uma prática normal. Ao

[...] tratar da discriminação racial em ambiente escolar não significa ajudar a criança negra a ser forte para suportar o racismo [...]. Faz-se necessário corromper a ordem dos currículos escolares, que insistem em apresentar a produção cultural eurocêntrica como único conhecimento científico válido [...]. É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes [...]. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmos. (Santos, 2001, p.106).

Os professores devem estar atentos as várias situações que contribuem para que o racismo e a discriminação permaneçam silenciados na escola segundo Cavalleiro (1999, p.52) “Material didático; Universo semântico pejorativo; Distribuição desigual de afeto; Negação da diversidade racial brasileira na formação da equipe da escola; Minimização do problema racial”. São pontos de atenção podem contribuir para a identificação de práticas de discriminação na escola.

Os professores contribuem na construção da consciência crítica da criança; é o professor que organiza e orienta as práticas em sala de aula e desse modo ele deve estar atento aos tipos de relações que se estabelecem entre os alunos, o professor não pode preocupar apenas com a dimensão cognitiva da criança, mas com sua formação como todo, incluindo seus valores culturais e sua composição racial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de vida da professora Ana apontou que: a) O estereótipo negativo atribuído ao negro “estimula o racismo”; b) Os primeiros atos de discriminação racial sofridos por Ana ocorreram na família; c) O preconceito racial na escola fundamental

em que Ana estudou era dissimulado e as crianças negras eram preteridas em relação às brancas; d) Ana sofreu discriminação racial quando iniciou no magistério; e) O torna-se professora é um processo de luta, negociação e identificação; f) O magistério reflete uma questão de gênero e ainda é tido como uma profissão de fácil acesso g) A complexidade da questão racial no Brasil está presente na escola; h) O enfrentamento das questões raciais na escola ainda está sob a dependência da “boa vontade” dos professores i) Ana utiliza a própria história de vida, marcada pela discriminação racial para enfrentar o racismo e a discriminação na escola que trabalha.

Ao analisarmos a fala da professora é que somos capazes de compreender que a raiz das desigualdades sociais, da imagem negativa criada para o segmento negro, não se limita a um distúrbio moral do brasileiro, mas de uma reprodução sistemática e violenta da ordem racial, que comanda o quadro de inferiorização de um segmento e o enaltecimento de outro.

No decorrer do trabalho, os sentidos da professora, sobre práticas de discriminação racial, revelaram que ela se preocupa em compreender sobre as relações raciais, pois esse entendimento incide dentro da família nuclear, é uma mulher que declara ter filhos negros e, por isso, empreende um olhar aguçado e um desejo eminente diante da questão racial.

Compreender o racismo é um ponto crucial no avanço das questões raciais, e surge aqui como um ponto crítico a ser pensado na formação dos profissionais da educação. A professora Ana atua como agente social importante no desmascaramento das práticas de discriminação, mas não se dá conta da base teórica que sustenta tais manifestações. Entendemos que a formação continuada dos profissionais da educação no que tange a temática das relações raciais, é importante para guiar suas ações, na escola, frente às práticas de discriminação racial. Desse modo, apontamos como possibilidade de continuar a pesquisar essa temática, a realização de uma pesquisa etnográfica, com vistas a verificar como se materializa sentidos atribuídos por professoras às práticas de discriminação racial, no cotidiano da escola.

REFERENCIAS

ABRAMOVAY, M. Relações raciais na escola: reprodução de desigualdades em nome da igualdade In: Mary Garcia Castro. *Observatório de Violências nas Escolas*. Brasília: UNESCO, INEP, 2006.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.



BOGDAN, R. BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Tradutores: Maria J. Alvarez, Sara B. dos Santos e Telmo M. Baptista. Editora: Porto Editora. – 1994.

CAVALLEIRO, E. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: _____ (Org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. – São Paulo: Summus, 2001

_____. Identificando o racismo, o preconceito e a discriminação racial na escola In: LIMA, I. C, ROMÃO, J. S. S. M. (Orgs.). *Os negros e a escola Brasileira*. Florianópolis. N 6, Núcleo de estudos – NEN, 1999.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/discrimina/lex81.htm>>. Acesso em 15/01/2014

GOMES, N. L. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v.29, n.1, p.167-182, jan./jun.2003.

GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raças e democracia*. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34. 2002. 232p.

HAGUETTE, T.M.F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOORE, C. *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. 2. ed.- Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MOREIRA, N. R. *A organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011. 134 p.

NASCIMENTO, E. L.. Sankofa: Educação e identidade afrodescendente. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. – São Paulo: Summus, 2001.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. *Tempo Social Revista de sociologia da USP*, v.19, n.1, nov.2006. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a15v19n1.pdf>> Acesso em 23 de abr de 2014.

PAULINO, M.A.S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. In: *Serviço Social em Revista. Departamento de Serviço Social, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina*.-vol 1.n.1 jul./dez 1999. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v2.pdf>> Acesso em 28 de abr de 2014.

ROSSATO, C. GESSER, V. A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses. In: CAVALLEIRO, E. (Org.). *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. In: São Paulo: Summus, 2001.

SANTOS, I. A. d. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.) *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. – São Paulo: Summus, 2001



SCHWARCZ, L. M. *Nem preto nem branco, muito pelo contrario: cor e raça na sociabilidade brasileira*. 1ª ed.- São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SILVA, A.C. *A discriminação do negro no livro didático*. 2. ed. – Salvador : EDUFBA, 2004. 112 p.

SILVA, D. Afrodescendência e Educação: cultura, identidade e as perspectivas do aluno afrodescendente com a escola pública. In: LIMA, Ivan Costa , ROMÃO, Jeruse, SILVEIRA, Sônia, M. (Orgs). *Os negros e a escola Brasileira*. Florianópolis. N 6, Núcleo de estudos – NEN, 1999.

SILVA, T. T. d. *O currículo como fetiche : a poética e a política do texto curricular*. – I ed., 3. Reimp. – Belo Horizonte: Autentica, 2006.

SODRÉ. M. *1942: A verdade seduzida*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

THIOLLENT, M.J.M. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo: Polis, 1982.

TODOROV, T. *A vida em comum: ensaio de antropologia geral*. Tradução Denise Bottmann e Eleonora Bottmann- Campinas, SP: Papyrus, 1996.

*Recebido em junho de 2016
Aprovado em setembro de 2016*

